
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA

3 Ata da Assembléia Geral Ordinária- Dia: 07 de maio de 2015 Inícios: 8h30 em segunda chamada.
4 Local: **Casa de Participação Comunitária, Avenida Rei Alberto I, nº 119 – Ponta da Praia –**
5 **Santos.**

6 **PARTICIPANTES:** Verificação da presença dos Conselheiros conforme lista de presença anexa.
7 Justificaram ausência os seguintes conselheiros: Tatiana Branco – Vidas Recicladas e Viviane
8 Costa Pinto – Lar Veneranda;

9 Iniciada a reunião o Vice Presidente Sr. Carlos Mota cumprimenta os presentes e faz a leitura da
10 pauta, prosseguindo **ao item 1** – Apreciação e deliberação da Ata das assembleias anteriores.
11 Quanto a Ata da AGO de 08 de abril, a Sra. Rose, representante da SEDUC solicita a correção da
12 linha 83 em relação ao passo a passo da Ficha Ficaí, que “não é só a SEDUC, mas todo o
13 Sistema de Ensino Estadual e Municipal”. Luana, conselheira tutelar da Zona Noroeste pede que
14 conste correção na linha 289 e que se complemente que “posteriormente à inscrição da Sra. Elen,
15 com documentos faltando, membros da Comissão Sra. Valéria, Maria Cristina e Ana Lúcia
16 tomaram conhecimento do ocorrido. Com estas correções deu-se esta **Ata por APROVADA**. Não
17 houve correções na Ata da AGE, sendo considerada **APROVADA**. **Item 2 - Relatos dos**
18 **Conselhos Tutelares** – A conselheira Luana Itagyba, do Conselho Tutelar da Zona Noroeste fala
19 sobre a necessidade de capacitação dos suplentes que não tem preparo e que durante suas
20 férias deixaram pendências as quais a mesma está tendo que corrigir. O conselheiro que a
21 substituiu pegou casos encerrados e notificou novamente. A conselheira levou 41 procedimentos
22 para sua casa a fim de analisar e não constatou novas violações. Disse que o conselheiro
23 suplente não sabe o que fazer. O presidente Carlos Mota informa que o atual processo eleitoral
24 inclui a capacitação do suplente desde o início e demais condicionantes. Luana Itagyba
25 complementa que estão emendando período de férias uma atrás da outra. Luci Freitas entende
26 que é falta de conhecimento do regimento interno e do artigo 136 do ECA. De acordo com o
27 Manual do Conselho Tutelar de Denis Pestana, o conselheiro tem que ter uma supervisão,
28 coleguismo, paciência. A conselheira tutelar Taís Aguiar do Conselho da Zona Leste pergunta
29 sobre as devolutivas do que foi deliberado na AGO anterior. O presidente informa que não
30 podemos criar expectativas e que o Conselho é composto por Secretarias e Sociedade Civil e que
31 se temos representantes devemos delegar aos mesmos o retorno (devolutivas) do que é
32 deliberado. É dividir as responsabilidades entre os conselheiros. É mais prático do que o
33 conselho se tornar um encaminhador de ofícios. Taís diz que a reflexão é válida mas temos que
34 nos ater ao que a Assembleia deliberou. O presidente exemplifica a situação do antigo Anchieta
35 em que de pronto ligou para os envolvidos e se teve alguns encaminhamentos, tanto que hoje o
36 Dr. Renato Pastorello, representando o Secretário de Saúde se faz presente nesta AGO. O
37 resultado é muito mais rápido. O Sr. Edmir informa que quanto a questão da Ficaí está
38 aguardando para fazer reunião entre Seduc, Detic, Conselho Tutelar e gestor. Carlos Mota finaliza
39 informando que a ideia é ter sempre um responsável para fazer a articulação. A conselheira tutelar
40 Sandra questiona se quem está dando a capacitação está fazendo o passo a passo, pois o foco é
41 o retorno da criança à escola e a Busca Ativa não está sendo feita. A Sra. Márcia Amorim,
42 representante da SEDUC pergunta qual escola não está fazendo a busca ativa e a conselheira
43 Sandra informa que “todas as escolas não fazem” dentre escolas municipais, estaduais e
44 particulares. A Sra. Rossana Aguilera, representante da Diretoria de Ensino informa que o Sr.
45 João Bosco realizou reunião com as escolas e que as mesmas estão se capacitando para que
46 enviem a ficha FICAÍ e se coloca à disposição para o que for necessário na melhoria. Na
47 continuidade dos relatos, a conselheira Sandra Regina do Conselho da Zona Leste registra o
48 sucesso da Conferência Municipal e o protagonismo das crianças e aponta o mérito desta Casa e
49 da Comissão. A Conselheira da Zona Leste Taís Aguiar pergunta acerca do registro dos
50 programas das Secretarias e o presidente informa que foi enviado ofício às mesmas. A
51 Conselheira Taís Aguiar informa que a SEMES tem vagas para inserir as crianças encaminhadas,
52 mas não tem o vale transporte para a criança e a secretaria justificou não ter orçamento para essa
53 finalidade. Sandra complementa que a Semes quando não tem a modalidade acaba encaixando
54 em outra modalidade e que é necessário capacitar sobre o que é medida protetiva. Fala que as
55 secretarias não tem olhar sobre a proteção integral. Taís fala ainda sobre a garantia do transporte
56 para as crianças até 12 anos. A conselheira Sandra Regina diz que existe uma assustadora
57 demanda e que as vagas são longe de casa. A conselheira tutelar Luana Itagyba informa que os

58 alunos da UME José Carlos estão indo para a UME Oswaldo Justo e entende que seria o caso de
59 rever. A conselheira Sandra fala que a secretaria respondeu que até 6 anos garante o transporte,
60 mas a Resolução dos Conselhos fala de 12 anos. A Dra. Adriana Jandelli, representante da
61 associação Leda, que colaborou na elaboração da RN sobre o passe escolar propõe que cada
62 Conselho Tutelar apresente uma planilha com os casos e se coloca à disposição para fazer a
63 representação ao Ministério Público. O Presidente Carlos Mota questiona se na reunião com a
64 SEMES foram elencados os casos e a conselheira tutelar Sandra responde que não estavam na
65 reunião com a SEMES e quem participou foi outra base do Conselho tutelar e só tiveram acesso a
66 Ata. O conselheiro Antonio Peres, representante da SEMES esclarece o que foi deliberado, que
67 tem o lado burocrático a ser notificado aos centros esportivos e os conselhos tutelares tem a
68 liberdade de ligar para a secretaria e a mãe já vai com encaminhamento para ter a vaga. Explica
69 que se não tem em determinada modalidade é porque existe um limite de vagas e a SEMES já
70 trabalha com o máximo da capacidade. A obrigação é de receber o encaminhamento até por
71 telefonema e atende de imediato. Quanto ao vale transporte quem sabe o FMDCA pode fazer
72 esse aporte, nos casos de necessidade, pois a Assistência Social diz que não pode fornecer.
73 Helenice expõe que entende que a promoção da família está na Assistência Social e que caberia
74 a essa política assumir. Rejane Oliveira explica que não é possível custear pela Assistência mas
75 somente os casos de vulnerabilidade, ato infracional e não dá para a Assistência assumir isso. A
76 família que não é do CRAS, do CREAS, ou outras famílias que não estão em vulnerabilidade,
77 não cabe à Assistência fornecer a não ser que esteja com o direito violado. Regina Passos fala
78 que se o serviço é distante cabe ao mesmo definir como garantir que a criança tenha acesso,
79 dando o vale transporte. O Sr. Edmir que precisamos ter os dados e as políticas precisam ter isso
80 em orçamento para atender todas as crianças, independente do recorte social. Luci Freitas,
81 colaboradora diz que lugar de criança é no orçamento. Edmir diz que fará reuniões com os
82 conselhos tutelares e vai levantar essa demanda de Esporte e Cultura. A Sra. Márcia Amorim,
83 representante da SEDUC informa sobre a situação da UME Oswaldo Justo, pois as crianças são
84 da UME José Carlos e a criança não tem como ir do Piratininga para trás do ASSAI
85 Supermercado, então fornecem os vales transporte para as mães. A Sra. Cristina Mancuso, Chefe
86 do Departamento de Planejamento da SEDUC faz uma apresentação e entrega relatório das
87 solicitações feitas e atendidas. Comprometeu-se a levantar os dados da UME José Carlos e UME
88 Oswaldo Justo. Esclarece ainda que não convocaram o conselho tutelar, mas pediram reunião
89 para procedimentos de rastreamento. Não é possível ser feito por e-mail pois não se sabe quem
90 está enviando o e-mail, então não dá para informar. A partir do momento que não tem o e-mail
91 institucional do Conselho Tutelar, pois agora é vinculado ao conselheiro (E-MAIL individual) não
92 dá pra saber se chegou à informação. Informa que muitas vezes a mãe vai ao Conselho tutelar
93 sem antes ir à escola ou na SEDUC. A região da UME José Carlos não tem terreno, é uma escola
94 grande e não tem mais espaço físico. Na reforma pediu para quem quisesse ir para a UME
95 Oswaldo Justo. A UME José Carlos, do 6º ao 9º. Ano está cheio e os alunos não querem ir para a
96 ES Bartolomeu de Gusmão. Não há como por em outro equipamento. Aponta ainda que é
97 necessário equacionar vaga do Estado e município, pois às vezes a própria mãe não quer a vaga
98 da escola perto de casa. Exemplo pais de alunos que saem da UME Waldely e que querem os
99 filhos da EE Fernando de Azevedo. A rede tem vagas e há necessidade de trabalhar em conjunto.
100 A escola Barnabé fechou a entrada para o 6º ao 9º ano para o município e o Estado encaminhou
101 para o São Leopoldo. O presidente Carlos Mota finaliza este item de pauta entendendo que não
102 está exaurida a discussão deste tema. Antecipa o **Item 4 – Apresentação do representante da**
103 **Secretaria de Saúde acerca dos Serviços de Saúde Mental Infante Juvenil no Município de**
104 **Santos** - Dr. Renato Pastorello informa ao colegiado que o representante da Saúde neste
105 conselho será o Sr. Fábio Cascais da SECERPA e a Sra. Silvia do SVC da Orla. Informa que não
106 trouxe um material para anexar a esta ata, mas fala sobre a Rede de Atendimento. Começa com a
107 detecção precoce, não vai falar da deficiência educacional. Tem o Programa Saúde na Escola. O
108 objetivo é agir no início do sintoma, ou seja, detecta prioritariamente. Como está a Rede de
109 Saúde Mental? A questão de vínculos é feita para Saúde Básica – UBS, Saúde da Família, mas
110 não são as únicas portas de entrada. O protagonista é o usuário adolescente e a família e a
111 integração com outras Pastas. O SVC- Centro de Valorização da Criança vê se está
112 caracterizado como patologia ou desvio de conduta e aí tem os serviços conveniados como
113 Napne, Mensageiros da Luz, de referência e contra-referência. A entidade 30 de Julho faz o
114 diagnóstico precoce e é agendado o tratamento. O projeto terapêutico estabelece o início e

115 continuidade do tratamento. É a lógica inclusiva e não exclusiva de criar nichos. É o que se quer
116 dentro da Saúde Mental Infanto Juvenil que vai se transformar em CAPS AD-I. O conselho tutelar
117 que quiser discutir um caso particular a secretaria está com a porta aberta. O próximo passo é a
118 saída do serviço depois de 4 a 6 meses a 1 ano e às vezes o foco patológico está na família.
119 Trabalha o retorno à sociedade. Esta é a lógica ambulatorial. Tem a lógica hospitalar e de pronto
120 socorro. O Sr. Edmir questiona como resolver a situação do convênio com o 30 de Julho e a
121 conselheira tutelar Tais questiona sobre o número de vagas para diagnóstico e demanda
122 reprimida no atendimento. Dr. Renato responde que a entidade (30 de Julho) terá que fazer o
123 Projeto Terapêutico Individual. Tem ainda aqueles pacientes que ficarão a vida inteira e ai é no
124 NAPNE ou APPC. O convênio permite atender 60 pacientes e os do diagnóstico só podem
125 começar a terapêutica depois de seis meses. É ter início, meio e fim do tratamento. Esclarece
126 ainda que não existe um profissional com psiquiatria social, pois é difícil encontrar profissional
127 nessa área e a contratação é feita de forma direta. Luci Freitas fala que houve reforma
128 administrativa e os equipamentos não tem sigla. Dr. Renato esclarece que vão republicar com as
129 siglas e acrescenta que o serviço está em fase de transição. Comprometeu-se a apresentar uma
130 lista de espera do 30 de Julho para o CMDCA acompanhar. A conselheira Sandra pergunta sobre
131 os casos da Santa Casa que as crianças e adolescentes não querem ir para lá e são atendidas no
132 pronto socorro geral e não no PS Infantil. Dr. Renato diz que tem leitos por patologia específica e
133 não tem contratualizado isso, mas é necessário estimular com parcerias. Edmir informa que na
134 Conferencia dos Morros surgiu a questão do hebiatra e Rejane, da SEAS complementa que os
135 adolescentes se sentiram incomodados de ir ao pediatra ou clínico. Dr. Renato entende que é
136 legítima a demanda mas estão limitados pela Lei de Responsabilidade Fiscal quanto ao aumento
137 na folha de pagamento. **Item 3- Deliberação de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da**
138 **Criança e Adolescente- FMDCA para a reprodução de 5000 exemplares do ECA atualizado**
139 **em comemoração aos 25 anos da Lei –** Edmir informa que é preciso passar pela Câmara de
140 Relações Públicas antes de produzir. Luci Freitas fala que existem artigos a serem corrigidos que
141 o 86 do Sinase veta o 97 do ECA, acerca da fiscalização das OG e ONG's O presidente propõe
142 ver a quantidade de fls. e formato para análise junto a Secor se a Ata de Registro de Preços
143 contempla, pois se não for possível pela Ata, terá que fazer licitação. A conselheira Marly Carvalho
144 diz que é interessante um glossário com referências do site do Planalto que está atualizado.
145 Carlos Mota informa que pela Ata sai a R\$0,63 (sessenta e três centavos) e a impressão dos 5000
146 exemplares fica em R\$ 3000,00. Flávia Rios aponta que o site do Planalto apresenta o ECA com
147 o link da legislação complementar. Luana, da SESEG fala que o objetivo é material em
148 comemoração aos 25 anos do ECA fica muito material guardado então seria mais interessante
149 investir no digital e reduzir na impressão. Pede ainda o apoio da Câmara de legislação para
150 produção. Dra. Adriana Jandelli diz que é necessário contratar um revisor profissional. O
151 presidente Carlos Mota propõe que se elabore o ECA sem a legislação complementar no primeiro
152 momento, mas acrescentando um glossário com o link da legislação correlata. Sr. Célio da Nurex
153 entende que há necessidade de gastar se já está no site do Planalto e por questões de economia
154 e sustentabilidade que seja em sistema digital, no site do conselho. Daniel Lemos informa que
155 tem 1000 exemplares restantes do ECA na Casa e não pode distribuir devido às alterações. Dra.
156 Adriana diz que podem ser descartados e Helenice informa que o CMDCA já aprovou o descarte
157 em ago anterior. Edmir complementa que o Eca foi bem utilizado no projeto ECA Conhecer para
158 reconhecer e que de 50000 produzidos somente 1000 sobraram. Dra. Adriana aponta que o
159 conselho não tem um portal, mas sim um site e que nem todo mundo tem computador em casa. A
160 divulgação ainda é a melhor forma. Carlos Mota esclarece que tudo é inserido no portal dos
161 conselhos. Após vários questionamentos o presidente coloca a matéria em votação sendo duas
162 propostas: 1- para impressão de 5000 exemplares e a 2- impressão de 1000 exemplares. **Após**
163 **votação foi aprovada a primeira proposta, ou seja, a impressão de 5000 exemplares. Item 5-**
164 **recomposição das duplas de conselheiros responsáveis em acompanhar os projetos**
165 **financiados pelo FMDCA –** o Sr. Wilson Bregochi, assistente social do CMDCA informa aos
166 presentes que em razão da nova gestão é necessário recompor as duplas que fazem o
167 acompanhamento dos projetos, ficando assim constituídas: Projeto Gotas do Judô – Donald
168 Veronico e Márcia Amorim; Fazendo Arte - Regina Passos e Celio; Associação Equoterapia –
169 Carlos Mota e Daniela; Construindo Sonhos – Luana NG e Adriana Jandelli; Cultura e Lazer São
170 Puro Prazer – Marly Carvalho e Fernanda; Programa de Educação Cidadã – Edmir e Adriana
171 Jandelli; Colibri – Ana Lucia Rezende e Fernanda; Sons do Futuro – Helenice Alves e Donald

172 Veronico; Caravana da Proeco – Daniel Lemos e Ari; Salas de Leitura – Lucilene e Rejane;
173 Geração Futuro II – Marly Carvalho e Fernanda; Construindo Minha História – Regina Passos e
174 Celio; 100% Criança – Daniel Lemos e Ari; Uma Educação de Respeito – Regina Passos e Celio;
175 Ciranda da Cultura – Edmir e Ana Lucia Rezende. Sr. Wilson esclarece ainda que os conselheiros
176 devem apresentar relatório a cada 3 meses para a Câmara de Planejamento. **Foi deliberado que**
177 **a cada assembleia será feita a apresentação de um projeto financiado pelo FMDCA.** O
178 presidente fala ainda da importância de no agendamento da visita convidar o Conselho Tutelar.
179 **Item 6- Deliberação acerca de recursos do FMDCA para o evento “Prêmio de**
180 **Reconhecimento das empresas” destinadoras ao FMDCA** – o presidente informa que a
181 SECOR – Secretaria de Comunicação e Resultados elaborou três modelos de certificado e os
182 conselheiros entenderam fazer também uma estatueta ou objeto simbólico alusivo ao prêmio.
183 Paulo Paim, representante do GPM fez um levantamento de 24 empresas que destinaram ao
184 FMDCA, no período de 2010 a 2014. Flavia Rios propõe que a criança faça algo e doe para a
185 empresa. Carlos Mota informa que o evento será dia 16 ou 17 de julho, no salão Nobre “Prefeito
186 Esmeraldo Tarquínio”, e precisa deliberar verba do FMDCA para despesas de coffee break, troféu
187 ou similar, certificados ficando a Câmara de Relações Públicas responsável pela organização.
188 Luana informa que já foi solicitado à SECOR a elaboração do SELO. Dra. Adriana informa que a
189 questão do selo é necessário regulamentar por Resolução Normativa, estabelecendo o prazo, o
190 que será concedido e outros detalhes, pois reconhecimento não precisa, mas conceder um selo
191 de propriedade precisa regulamentar e estabelecer critérios. Dra. Adriana questiona se o salão
192 nobre comporta o número de pessoas para o evento e se tem espaço para oferecer o café, ao
193 que o presidente responde que sim. Dra. Adriana propõe de 15 a 20 mil reais para esse evento.
194 Após várias discussões foi **colocado em votação e deu-se por APROVADO 20 mil reais. Item 7**
195 **- informe sobre o processo de Eleição de Conselheiros Tutelares 2016/2020-** Edmir informa
196 que a prova escrita será dia 23/05, às 8h, na UME Cidade DE Santos e que a mesma será
197 elaborada pelo Promotor da Infância e Juventude de Santos. Helenice Alves, representante da
198 Secid informa que os conselheiros apoiarão na aplicação das provas na condição de fiscais e que
199 foi feita uma distribuição de conselheiros por sala. Esclarece que serão sete salas além dos
200 fiscais de corredores. A conselheira Tutelar Luana informa sobre a alteração de plantão com
201 Márcio para que possa fazer a prova e pergunta sobre a saída do Sr. Daniel Lemos da Comissão
202 Eleitoral haja vista sua solicitação na AGO anterior, bem como acerca do número da candidata
203 mencionada. O Sr. Edmir, presidente da Comissão eleitoral informa que houve o desligamento do
204 Sr. Daniel e que não seria justo cancelar o número de inscrição da candidata 100, já que houve
205 casos semelhantes, os quais foram indeferidos e a pessoa entrou com recurso. Sr. Temilton
206 pergunta sobre o que do Estatuto cairá na prova, pois há divergências de estatutos. Sr. Edmir
207 informa que a fonte é o ECA do site do Planalto. Sr. Temilton pede que os conselheiros apoiem o
208 Instituto de câncer de mama pois os patrocinadores oferecem mamografias gratuitas de acordo
209 com os acessos ao site. Assim solicita aos conselheiros compartilhem
210 www.cancerdemama.com.br, ficando também para responsabilidade da Casa repassar por e-mail
211 aos conselheiros. **Item 8 – Relatos da Diretoria Executiva** -. Devolutiva da SEDUC pela Sra.
212 Rose sobre a situação do laboratório de informática do Caruara, pois o mesmo é utilizado pelo
213 EJA digital à noite das 19 as 22h com acompanhamento do professor. A Diretoria de Ensino do
214 Estado informa que a sala de informática da unidade não é compartilhada com alunos do Estado.
215 A escola foi contemplada pelo projeto ACESSA e existem 18 computadores na unidade e deverá ter
216 um novo quadro de força para ativação da sala. Fizeram um laudo e pediram verba emergencial
217 para atender as necessidades apontadas e informa que estão se empenhando para ampliar o
218 ACESSA. Não é possível utilizar como empréstimo pois é utilizado pelo município em todos os
219 períodos (manhã, tarde e noite). **Item 9- Relatos das Câmaras Setoriais - Câmara Financeira –**
220 Sra. Maria Cristina Dias de Oliveira, coordenadora da Câmara apresenta o saldo do FMDCA de
221 R\$ 1.951.040,36 (hum milhão, novecentos e cinquenta e um mil, quarenta reais e trinta e seis
222 centavos). Paulo Paim informou que só em julho a Receita Federal informa o valor, também foram
223 ao Sindicato dos Contabilistas explicar o passo a passo da destinação na Declaração, juntamente
224 com técnicos da Receita Federal. O presidente tem uma expectativa que o valor seja maior este
225 ano, haja vista a divulgação que tem ocorrido. **Câmara de Planejamento** - Ana Lúcia Rezende
226 informa que foram analisados os pedidos de registro e revalidação do GAPA, Ismênia de Jesus e
227 Programa Aprendiz Jovem da Vo Benedita. Informa que o Sr. Wilson Bregochi fez a elaboração do
228 relatório final da X Conferência da Criança e Adolescente e quanto a necessidade da realização

de visita para análise do Programa Casa das Anas e Formando Cidadãos. Indica também que serão visitadas algumas Entidades com projetos Financiados pelo Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA. Câmara de Relações Públicas – já foi dito anteriormente na Executiva – questão do evento às empresas destinadoras. **Item 10 – Relatos dos representantes dos Conselhos e Comissões – CEVISS** – Flávia Rios explica sobre o Encontro de Inquirição de Crianças e Adolescentes do dia 29/05 que em síntese se tratava de novas formas de inquirir crianças. No decorrer do processo de construção desse evento diz que foi procurada pelo Juiz e promotora da Infância e perguntaram se o CMDCA e a OAB estavam contra o Tribunal de Justiça e ela e Edmir responderam que não. Fez reunião para aproximar os interesses. A CEVISS costuma fazer evento em 18 de maio e que seria a cartilha do fluxo de atendimento e como foi a construção desse fluxo. Veio a presidente da Associação dos Assistentes Sociais e Psicólogos do Fórum com as angústias da classe e entendem que o Assistente Social não tem que fazer inquirição. Realmente não caberia ao técnico ficar com um ponto no ouvido. Os juízes falaram que não é isso e não querem isso. Parece temerário esse evento em âmbito regional sediado em Santos. Propôs outro formato para o evento e eles não quiseram, não houve consenso pois queriam manter o espaço deles da forma que eles pensaram. O Tribunal de Justiça se prontificou para discutir nova oportunidade. Assim, ficou cancelado, ficando a ser discutido para nova data. Lucilene – Foi muito prudente pois isso vem primeiro com depoimento sem dano. É espinhoso e é algo que se discute muito. Flávia Rios diz que o posicionamento é a ampla defesa e o TJ colocou psicólogo e assistente social como a terceira pessoa. Antes do depoimento sem dano precisa saber como a delegacia de polícia atende uma criança com violência sexual. Edmir acha nisso tudo que ninguém está pensando na criança, mas sim em fazer prova e quando os juízes vão ter um lugar para tratar o abusador? Lucilene Martorelli quando se fala pensa que é realmente para ajudar a criança. Flávia Rios completa que o sistema de provas é muito desqualificado num processo judicial. **Comissão de Monitoramento do Plano Decenal** – Marly Carvalho fala que o trabalho com o agressor é a única ação de longo prazo, ou seja, estamos retardando o enfrentamento dessa questão e reflete qual é a urgência que vamos dar. Informa que foi eleita Coordenadora da Comissão de Monitoramento. Passamos pela capacitação da Agenda Pública, com a participação de dois técnicos da Fundação Abrinq. Era um recurso disponível em um projeto da Agenda junto à Petrobras. A Comissão, com base no que foi absorvido no curso, entendeu por bem contratar essa pessoa para acompanhar o grupo, qual instrumental, para que possamos ter a mesma linguagem, metodologia coerente quanto ao monitoramento. Para tanto, coloca para deliberação deste Conselho, a fim de dar resposta à Jenifer, da Fundação Abrinq para que a mesma continue dando esse apoio metodológico. E como seria essa contratação. Carlos Mota fala que precisa pensar com cautela sobre a questão, definir primeiramente o formato. Cristina pergunta sobre o valor estimado. Marly conclui então que deverá se solicitar à Sra. Jenifer uma proposta de orçamento para essa contratação, pois sairá de recursos do orçamento municipal e não do Fundo. Marly fala que na próxima reunião será analisado o relatório apresentado pela SEAS o andamento do Plano Decenal no que se refere aos itens de sua competência. Informa sobre a eleição dos protagonistas infante juvenis, no dia 12 de junho e reflete sobre como acolheremos esses adolescentes neste espaço e propõe assembleias descentralizadas ou espaços específicos para essa participação. O presidente aproveita e informa que foi deliberado na executiva que faremos as Assembleias itinerantes bem como já está sendo estruturado um novo espaço para funcionamento da Casa dos Conselhos, na Rua Itapura de Miranda, que é um próprio municipal. Rose, representante da SEDUC faz a reflexão sobre como receberemos esses adolescentes pois hoje ficamos uma hora e vinte minutos num único item e depois os outros itens vai na correria. O presidente informa que tenta ampliar a discussão o máximo possível. Flávia Rios diz que está sentindo uma tranquilidade nesta casa garantindo a escuta. Sra. Flávia fala que as pessoas vem e cada um fala o seu e vai embora. Sr. Célio propõe que os itens mais simples sejam tratados no início e outros no final. O presidente conclui que se programa para vir às 8h e sair às 13h. **Item 11 Assuntos Gerais** – Daniel Lemos reporta que na Ago anterior estava ausente por motivo de luto e esclarece o que consta na ata linha 298 da fala “o que está por traz disso?” responde que os quatro conselheiros entraram para se inscrever e foram recebidos e foram aceitas as inscrições e a questão foi a comprovação da experiência com criança e adolescente. Pediu que os conselheiros trouxessem anexo III assinado pelo Coordenador e não há nada por traz disso. O conselheiro tutelar tem escalas de plantão e até dispensaria comprovar essa experiência. Rejane traz demanda sobre o

286 trabalho infantil, tem equipe de abordagem na rua, tem pessoa articulando na rua , Sra. Raquel-
287 ASSPPE. Então traz um desabafo sobre a dificuldade da participação dos conselhos tutelares
288 nesses encontros com CRAS ou CREAS. Convidam os conselheiros mas só tem o Conselho da
289 Leste participando nas discussões do PETI e agora a Zona Noroeste enviou um representante.
290 Teve reunião na Estação tentando fazer um fluxo da abordagem na rua, convidaram os
291 conselheiros, a guarda municipal e a equipe da ASSPE mas os conselheiros tutelares não
292 compareceram. Só foi a leste e um conselheiro tutelar da zona noroeste, nunca tem participantes
293 do Conselho tutelar do Centro e como resultado tem os equívocos de encaminhamento. Melhorou
294 muito a relação com os conselhos tutelares mas infelizmente o centro não se faz presente.
295 Considera muito séria essa atitude do conselho do centro que é o que mais demanda equívocos
296 de encaminhamento. Dia 30 de maio teve reunião na FAMS – AG com Ministério do Trabalho e só
297 foi o Conselho leste e Zona Noroeste. Carlos Mota complementa que para ter algo mais
298 embasado é fazer o planejamento com publicação no Diário oficial pois daí apresenta ao
299 promotor. Rejane Oliveira informa que a Sra. Marina Penteado está fazendo a articulação e
300 infelizmente um dos principais atores não vai. Edmir questiona como está a demanda do trabalho
301 infantil e Raquel Cuellar responde que 35 (trinta e cinco) são meninos de São Vicente e diante
302 disso conversaram com Viação Piracicabana, CREAS e definiu uma vez por mês conversar com
303 eles. Em 1º de maio começaram ações em conjunto. Para abordagem os dias de pico são sexta e
304 sábado. A identificação é complexa, escutar porque ele está na rua, precisa formar vínculo e é
305 extremamente difícil. Estão conseguindo referenciar no CREAS. Flávia Rios pergunta para Raquel
306 Cuellar se é observado os adultos e Raquel Cuellar responde que é camuflado, fora de qualquer
307 suspeita. Na Zona Noroeste há cobrança dentro da casa para que seja perpetuado esse trabalho,
308 incentivo e tem os que vão por iniciativa própria. Flávia Rios pergunta se é observada a
309 exploração sexual. Raquel responde que também ocorre de forma camuflada. Se dá por redes
310 sociais, não ficam mais expostos fisicamente. Rejane Oliveira esclarece que distribuíram panfletos
311 nos ônibus e encaminharam ao Ministério público os meninos cantores da porta do Miramar (10
312 anos de idade) abordou a mãe e a mesma teria criticado que deviam tirar da rua um rapaz com
313 cachorro ao invés das crianças, é um olhar equivocando e precisa romper esse olhar do munícipe.
314 Ana Lúcia Rezende entende que deve se fazer uma campanha macro. Raquel reforça que o
315 trabalho PETI não se esgota na Assistência mas também na garantia de vaga integral para os
316 meninos do PETI.
317 Nada mais havendo a tratar deu-se por encerrada a assembleia às 13h00 tendo o Presidente Sr.
318 Carlos Mota agradecido à presença de todos. Eu, Helenice Fontes Alves, 1ª. secretária lavrei a
319 presente ata.

320

321

322

323

324

CARLOS ALBERTO FERREIRA MOTA
Presidente

HELENICE FONTES ALVES
1ª Secretária